

“E PODENDO ASSEGURAR O CEO COM PARTE DE SUAS RIQUEZAS, COMPRA O INFERNO”: ORIENTAÇÕES SOTERIOLOGICAS JESUÍTICAS AOS RICOS E PODEROSOS, NO SÉCULO XVII

Daniel Martins Ferreira*

INTRODUÇÃO

No período compreendido entre os séculos XVI ao XVIII, o ambiente devocional em Portugal irá ser permeado pelas sucessivas edições de livros de conteúdo religioso, entre os quais temos conhecimento dos manuais que ensinam a bem morrer, obras devocionais preparando seu leitor para uma vida pia e para que, subsequentemente, alcance a salvação de sua alma. Impressos em Portugal e circulando por todo o Império Ultramarino, debruçaremos sobre o manual² escritos pelo jesuíta Luís Alvares, para investigar as orientações soteriológicas aos ricos e poderosos, no século XVII, e compará-lo a outras obras versando sobre a mesma temática.

Os jesuítas, desde sua fundação, terão presença em Portugal e rapidamente ocuparão posições de relevância e prestígio no corpo administrativo ultramarino e na estrutura institucional da Igreja Católica. Com a missão de conversão de todos os povos e especial interesse nos gentios, irão estabelecer uma rede de comunicações internas através de cartas, relatando suas experiências, expressando seus temores e dissabores, assim como seus sucessos e esperanças. Mas também se atribui a eles uma parcela significativa da produção de manuais de bem morrer até o século XVIII (ARAUJO, 1997: 208-209), quando são expulsos dos domínios portugueses.

No esteio dessa produção jesuítica devocional, poderemos localizar variações de discurso, seja em seu estilo ou em conteúdo. Cada obra escrita se relacionará com a ortodoxia dogmática da salvação e do juízo final de acordo com a conduta que pretende defender como ideal frente aos perigos e tentações do mundo que devem ser evitados para o bem das almas.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília

² Durante o texto utilizaremos os termos manuais, obras, livros, etc, como sinônimos, para evitar a repetição de termos.

Ainda assim, observamos esse conjunto de obras como escrito por homens em posições de destaque na instituição religiosa católica portuguesa, além de terem passado pelo processo de múltiplas aprovações de conteúdo pelo Ordinário, pela Inquisição, pelas lideranças da Ordem a que pertencem (no caso, os jesuítas eram submetidos à aprovação do Provincial da Companhia de Jesus) e, claro, dos representantes do Estado Português. Isto tudo nos sugere que, em suas variações, estes textos eram componentes daquela ortodoxia católica, em um processo em que se alimentavam do arsenal discursivo disponível e, por sua vez, passavam a compor este universo de possibilidades de pensamento religioso.

Isto significa dizer que não defendemos a existência de um discurso católico, um discurso único de salvação das almas, ou ainda um discurso jesuítico, mas, sim, a existência de uma heterogeneidade de ideias, as quais respeitando certos limites, que seriam os grandes dogmas da ortodoxia (como a necessidade dos sacramentos, a existência do Purgatório, a supervisão dos ritos sagrados por sacerdotes ordenados em procedimentos definidos por Roma), não sofreriam censura. Pelo contrário, dentro desses limites, cada autor irá se expressar, influenciado por suas filiações religiosas e leituras (CHARIER, 2011: 20). Nosso interesse é aprofundar o conhecimento sobre essa pluralidade de discursos que se escondem sob um manto de homogeneidade e de valores universalizantes e homogêneos cristãos.

Porém, reconhecendo as barreiras impostas pelo espaço disponível para esta comunicação, haveremos de trabalhar com análises mais pontuais. Deste modo, introduziremos a obra *Ceo de Graça, Inferno Custozo*, escrita pelo Padre Luis Alvares da Companhia de Jesus, impressa sua primeira edição em 1692, na Officina da Universidade de Évora. Este autor, durante o último quartel do século XVII, ocupou posições de destaque na Companhia de Jesus, atuando como Provincial da Província de Portugal, Reitor da Universidade de Évora e do Colégio de Coimbra e, na época da publicação do título em análise, foi identificado como Lente da Universidade de Évora. Também foi este autor quem assinou a autorização, em nome da Companhia de Jesus, da publicação dos Sermões do Padre Antonio Vieira. Penso ser seguro afirmar que Luís Alvares estava em um lugar social privilegiado na circulação de ideias, tanto em seu acesso aos pensadores mais conhecidos e publicados de seu tempo e anteriores, quanto em sua capacidade de divulgar suas ideias, ainda que não tenhamos, por outro lado, referências de outros autores citando sua obra.

Mas se pouco podemos afirmar categoricamente sobre as leituras feitas sobre sua obra e a disseminação da mesma, a qual só podemos suspeitar com base em suas oito edições, com maior segurança podemos testemunhar a sua ligação com as referências de seu tempo. Além de deixar os rastros de suas consultas e citações em referências nas margens do livro - prática esta comum, mas não presente em todas as obras -, faz citações diretas a outros autores de manuais devocionais publicados no mesmo período, como Cardeal Bellarmino, Julio Cezar Recupito e Ludovico Blosio. Entre estes, traz ao mesmo tempo a autoridade dos grandes padres e santos da Igreja, como São Gregório, Santo Agostinho, São Joseph, e outros pensadores, como Orígenes, ou articula ainda o texto de livros pagãos, como a Odisseia (ao utilizar da figura de Circe em uma metáfora sobre a luxúria). Essas informações serão menos importantes para o tema avançado no início - as orientações aos ricos e poderosos -, entretanto, colocamo-as à evidência para expor que a obra de Luís Álvares é um diálogo com um largo espectro de discursos disponíveis em seu tempo e o produto de como este padre operou o processo de leitura e criação textual.

Dito isto, não podemos perder de vista que a citação de autoridades era também uma prática retórica, imbuindo o texto, por sua vez, da mesma autoridade, criando um paralelismo entre quem cita e o citado. Isto gera dois efeitos de imediato: oferece uma tranquilidade ao leitor quanto a legitimidade do que se lê, uma vez que os santos e grandes padres estão sendo usados para autorizar aquele pensamento (ao menos, existe a presunção disto), então, deve ser verdadeiro; e confere ao texto um peso diferenciado, em que para se questioná-lo haveria de se colocar contra o nome citado, o que não representaria uma tarefa simples para o leitor comum. Assim, os nomes que constam da redação das obras que serão aqui analisadas, representam as fontes de interlocução e de legitimidade do texto.

OS AUTORES

Para Luís Álvares, o poder e a riqueza são grandes fontes de pecado e devem ser administrados segundo certos princípios, de forma que os recursos terrenos não se tornem em prejuízo quando a morte chegar e o julgamento divino ocorrer. A partir de suas prescrições sobre a posse de riquezas e poder e suas diretrizes para a salvação, faremos comparações com o mesmo tema sendo abordado nas obras dos seguintes autores: o jesuíta Francisco Aires (1597-

1664), autores de vários livros³, dos quais utilizamos o *Regimento espiritual*, de 1654, e *Retrato de Prudentes*, de 1664; o Franciscano Joam Cardoso, e seu manual *Jornada da Alma Libertada*, de 1626. Teremos, então, referenciais de 1626, 1654, 1664 e 1692. Mas é necessário dizer que apenas Luís Álvares dedica uma sequência de capítulos à temática do poder, soberba, riqueza e sua administração. Os demais títulos irão fazer incursões mais pontuais. O único não jesuíta do conjunto, Joam Cardoso, nos oferece, ao final de seu livro, uma reunião de verbetes em que destaca os temas de maior importância e em que partes de seu livro serão encontrados, em uma espécie de índice remissivo.

O manual *Ceo de Graça* apresenta quatro capítulos que irão falar sobre poder, riqueza e humildade. Dividiremos este estudo então em quatro temáticas, cada um o foco de um dos capítulos de Luís Álvares, sendo eles: a condenação do abuso de poder, a condenação da riqueza, a definição de uma riqueza que é boa e, por fim, a exaltação da humildade, como virtude chave para a salvação.

O ABUSO DO PODER

Começamos então pelo abuso do poder. O Capítulo Quarto do *Ceo de Graça* intitula-se *Inferno de Poderosos e Soberbos*. Neste, é importante a definição do mal que conecta ao poder, embora não seja inerente ao poder, ao possuir poder ou em ser um poderoso. Neste sentido, os poderosos são trabalhados de maneira ampla, significando todos aqueles que tem acesso a uma condição mais elevada, ou utilizando a forma de construção da ideia desse manual, aqueles que pertencem ou ascendem a uma posição “menos humilde”. Devemos ter em vista que todos os autores que aqui serão trabalhados falam e dedicam suas obras a grandes dignatários, se eles próprios não pertencem a uma condição social elevado ou possuem condições elevadas dentro do clero. Como já dito, Luís Álvares ocupou várias posições de relevância e proeminência, entre elas, Provincial da Companhia de Jesus em Portugal e reitor da Universidade de Évora.

³ Escreveu também *Paralelos Academicos entre duas Universidades, divina, & profana*, em 1662, *Theatro dos triumphos divinos contra os disprimores humanos*, de 1658, e *Metaphoricos exemplares da esclarecida origem, e illustre descendência das virtudes*, de 1661.

Ainda que não possamos definir o espaço de decisões e construções de discurso deste sacerdote em torno daquilo que é conveniente ao mesmo, é de se esperar que suas percepções sejam acomodadas à sua lógica de vida. Isto não significa afirmar a malícia nas definições de Luís Álvares – embora também não a possamos excluir -, mas dizer que a sua condenação do poder e sua ligação à condenação ao Inferno é atrelada a uma série de exceções e detalhamentos que permitem a convivência de uma posição de poder com a esperança da salvação.

Mas o primeiro passo é desassociar o mundo com o Céu. Dois lugares completamente diferentes para os quais o acesso se ganha por regras diferentes e cabe ao leitor escolher a qual deles almeja mais. Pois “Os poderosos tam estimados do mundo sam de ordinário mais desestimados do Ceo, porque de ordinário cresce a malicia com o poder(...)” (ALVARES, 1692: 69). Aquilo que faz do indivíduo digno de respeito e distinção no mundo, não serão aqueles que abrirão os caminhos divinos. E para que não exista dúvida quanto a esta diferença, o jesuíta apresenta uma proporção numérica em que são salvos entre humildes e os poderosos. Esta técnica será usada mais a frente, para se falar de esmolas e humildades, e também por outros autores. Este imaginário, aos poucos, ganha a estrutura de real, oferecendo informações sobre seus contornos que, talvez, deixe-o mais conhecido que a própria vida cotidiana. Não sabemos quantos dos que atuam com soberba no mundo conseguem sucesso, mas temos certeza de que “Dos humildes muitos mil [entrarão no Ceo], dos poderosos, & grandes, poucos centos” (ALVARES, 1692: 72).

E, antes ainda de entrarmos nos mecanismos apaziguadores deste discurso, já poderíamos supor a oposição que sofreria daqueles com condições, os grandes, como diz o próprio jesuíta. Mas a retórica do mesmo é articulada ao inverter o ônus da danação. Não é o pregador que os condena, não é Deus que os condena. Existe uma repetição em seu manual de que a salvação é dada aos homens, o Céu lhes é concedido e de graça. E, ao falar dos poderosos, qualifica a compra do inferno (compra esta que é resultado do pagamento em ações pecaminosas), pois informa que “(...)o Ceo he para todos. He verdade: mas se os poderosos se excluem, he quando abuzam do poder” (ALVARES, 1692: 72). O ônus é invertido, é o poderoso que se condena e pelo abuso do poder. Esta afirmação encerra uma dupla característica: define o vício criminoso, a espécie a ser combatida, ou seja, o abuso do poder; e protege os demais poderosos. Ser poderoso, ascender social, ser um grande, não é um pecado em si.

Se, para Alvares, a condenação dos poderosos se dá pelo abuso, Francisco Aires aborda a questão pela necessidade da memória da morte. Para o mesmo, se os soberbos tivessem a morte em sua consciência, teriam com clareza os verdadeiros valores a serem defendidos. Neste sentido fala do Rei Felipe da Macedônia, o qual ordenou a um pajem para que o dissesse, todos os dias, “Lembrate, que es homem, & que has de morrer” (Aires: 1654, 374). A morte não diferencia, trata a todos como iguais e os julga por méritos que não são o mundo, neste sentido, vale lembrar este trecho:

“(...) porque a Morte a ninguém respeita, não atenta a idades, não olha a honras, não perdoa a merecimentos, não se dobra a Titulos, não faz exceção de Coroas, Sceptros, & Mitras; he tal que sendo sua mãy a mesma Vida, nenhum respeito lhe tem, igual he pera todos. A Vida taõ amada dos homes os engana: a Morte mostra quem cada hum parece, a Vida he hum espelho ordinário, que só mostra o exterior; a Morte he espelho cristalino, que penetra o mais interior” (AIRES, 1654: 379)

Ainda que o enfoque de Aires seja diferente daquele de Alvares, a igualdade perante a morte é similar. Ela não significa igualdade absoluta, mas a que nenhum vivente será poupado do desenlace. Aqui já se antecipa que ao se falar dos grandes, poderosos e soberbos também se refere aos encarregados de grandes títulos eclesiásticos, daí a referência às “Coroas, Sceptros, & Mitras”. Alvares dizia “Deos fez os poderosos iguais aos humildes, & pequenos em a natureza, formando do mesmo barro a todos(...)” (ALVARES, 1692: 73). Assim, a memória de uma morte que afeta a todos igualmente seria essencial para o controle das condutas em vida e para Alvares, o abuso de poder é um dos caminhos para o Inferno. Tenhamos em mente que ainda não problematizamos o conceito de humilde e agir como um humilde. Retornaremos a esta ideia em breve. Por agora, falemos dos ricos, fazendo uma distinção que talvez ao mundo de um capitalismo pleno seja menos natural e instintiva, mas para um mundo em que bens materiais e ascendência social não necessariamente caminham juntos, considerações especializadas são devidas.

A CONDENAÇÃO DA RIQUEZA

Comecemos este segmento por outro guia, do jesuíta Alvares para o Franciscano Joam Cardoso. Como já dito, ao final de seu livro nos apresenta um índice remissivo, com dois verbetes que serão de nosso interesse: riquezas e bens.

Sobre *Riquezas* existe uma sequência de ideias negativas associadas à mesma, então, a “(...)possessão das riquezas he hum perigoso estado” (CARDOSO, 1626: 107) e “Quem vai carregado com riquezas, & cousas do mundo descontenta muito a Deos, & leva a morte consigo(...)” (CARDOSO, 1626: 108) e, como último exemplo, “Nas riquezas himos fugindo a Deos” (CARDOSO, 1626: 111). É fácil observar um tom mais duro à posse de riquezas, tom este que pode ser atribuído ao momento de escrita de Cardoso e a sua vinculação. Cardoso é franciscano, uma ordem conhecida por um vultuoso desprezo dos bens materiais. E o escrito do mesmo localiza-se no início do XVII, e o de Alvares no últimos anos do mesmo século. Estamos diante de sutilezas que, entretanto, não são tão detalhes. O tom ascético é praticado em ambos, em que a responsabilidade de conduta foge do simples escopo do cumprimento das obrigações ritualísticas. Mas o tratamento dos jesuítas possui uma tendência ao equilíbrio, à gestão moderada. Tal qual com os poderosos, para os jesuítas, o problema não é o poder ou a riqueza, mas a sua má utilização. Permitamos a Alvares defender esta tese, ao dizer que “As riquezas não são em si más, nem prohibidas por preceito algum Divino. A muitos Santos fez Deos ricos: como a Abraham, Izaac, Jacob, Joseph, & outros” (ALVARES, 1692: 93). Dentro do esforço retórico, talvez exista argumento de autoridade superior a este, mas tomemos que este é de uma força considerável. Primeiramente aceita que a riqueza veio de Deus, segundo nomeia santos bíblicos como exemplos.

O próprio Cardoso parece, por um breve instante, conceder, ao falar do verbe *Bens* que “Entre os bens da vida assim nos avemos daver, & possuir, como se fôramos pobres peregrinos” (CARDOSO, 1626: 41). Mas o que é apenas um detalhamento para o franciscano, para o jesuíta é conceito introdutório, ainda que seu capítulo que começa a abordar o tema possua o título pouco encorajador de *Inferno de Ricos*. E, diante disso, também não podemos reduzir os aspectos negativos da riqueza para ele.

“As riquezas são as redes, com que o Demonio costuma fazer suas pescarias(...)” (ALVARES, 1692: 94). Esta frase poderia nos parecer emparelhada com os de Joam Cardoso, porém, o *Ceo de Graça* repete o seu jogo conceitual e define que o problema não é a riqueza, mas os cobiçosos, aqueles que vivem para a riqueza e tomam ações tendo-a em primeiro lugar.

Neste sentido Alvares condena o povo romano da antiguidade, que se entregava a festivais de ostentação de riquezas; em outra direção, conta a história de um soldado que retorna à casa de seus pais, sem ser reconhecido e buscando surpreendê-los, termina assassinado pelos mesmos, desejosos de tomar suas posses. Um exemplo dramático e que termina com o suicídio dos pais (ALVARES, 1692: 98-99), uma forma de marcar o imaginário.

Deste relativismo jesuítico encontramos que as riquezas, apesar de serem “rede” para o Demônio pescar almas, também são de origem divina e, assim como o poder, podem ser utilizadas para assegurar a salvação.

“E podendo assegurar o Ceo com parte de suas riquezas, compra o Inferno com ellas. Nada do muito, que ajuntou, & guardou, leva consigo para o outro mundo: quanto mais, & guardou, tanto mais perdeu.” (ALVARES, 1692: 106). Isto é dizer que a riqueza possui uma forma de emprego que assegura a salvação. Detalharemos como o *Ceo da Graça* ensina a aplicar corretamente estes recursos, mas o que precisamos ter em mente ao encerrar esta parte é que a riqueza é um obstáculo para a salvação se a vida do fiel se concentra em sua gestão e aquisição, com as próprias palavras de Alvares, “Não põem a dificuldade da salvação em ter o dinheiro, mas em por nelle a confiança” (ALVARES, 1692: 109). Qual o valor real das posses e do dinheiro? Quais os bons negócios que podem ser feitos com as riquezas do mundo? Neste sentido, será Aires que melhor dirá um conceito que também é presente em Alvares, o da equivalência dos gastos com seus resultados. Aires, em sua obra *Retrato de prudentes, espelho de ignorantes* cria a imagem do cristão ideal, o homem de prudência. Sobre este diz que “(...)he próprio dos prudentes venderem caro, & comprarem barato, não he menor propriedade dos ignorantes comprarem caro os deleites momentâneos à custa de bens eternos” (AIRES, 1664: 168). A lógica de que nos gastos mundanos se empenham não apenas a moeda cunhada pelos reinos terrenos, mas se gasta a própria aquisição do paraíso.

A RIQUEZA GLORIOSA

Se o poder e a riqueza foi, até aqui, associada com aspectos negativos, agora teremos condição de abordar a outra face da pastoral da morte. Se por um lado o medo e a ameaça de

Inferno reprimem um conjunto de condutas ou, ao menos, oferecem arsenal cultural para a repressão social, ensinando o que é condenável, existe também um aspecto apaziguador, que direciona a ação para o correto e oferece saídas de emergência ao pecador.

Se Aires definiu os maus gastos, Alvares irá abrir o caminho para a boa utilização da riqueza. Aqui, o *Inferno dos Ricos* altera-se e se considera, desde o título, a *Riqueza Gloriosa*. E que caminho seria este? A esmola. Não teremos tempo de entrar em todo o rol de definições de esmolas e ações beneficentes enumeradas pelos manuais, mas trataremos da esmola em um sentido amplo, o qual é condizente com as considerações do jesuíta. A obra pia, a esmola para os pobres, o investimento em missas e sufrágios pelos pecados alheios e, em especial, pelas almas do Purgatório, todos serão tratados aqui sob o genérico *esmola*.

E se o manual do Lente da Universidade de Évora considera que as esmolas são um gasto positivo que renderá frutos para a salvação, ele cria uma argumentação complexa, utilizando-se de uma linguagem comercial, tratando de aumento de ganhos, juros com vantajados *redditos*, risco de capital e acumulação de riqueza. Fala de quatro alvires aos ricos que, desejosos da salvação.

O primeiro alvire, trata de que os ricos assegurem os bens que possuem. Pergunta se os bens terrenos “(...) ficariam bem guardados, se os depositásseis em hum tesouro, que o Ceo tivesse cá na terra?” Como pergunta retórica, ele próprio o responder “Pois o tesouro, que o Ceo tem na terra sam as mãos dos pobres(...)” (ALVARES, 1692: 110). A segunda recomendação, para a multiplicação das riquezas, é decorrência do primeiro. Se dar esmolas e auxiliar aos pobres é o tesouro do Céu, quanto mais esmolas se dão, mais riquezas se garantem. Escolha difícil, mesmo entre os membros do clero, como dizia “Admiravase o mundo, que hum Bispo [S. Joam Esmoler] com limitadas rendas podesse dar tantas esmolas, & eu mais me admiro, que quisesse” (ALVARES, 1692: 113). A terceira recomendação se aprofunda na linguagem comercial, embora ainda trate do mesmo tema, a esmola. Diz ele que a riqueza aplicada em esmolas renderá juros com vantajados *redditos*. E novamente a promessa não é vaga. O rendimento será de cem para cada um empregado corretamente. Assim conta a história da Condessa de Niebla, que após doar mil cruzados para as obras do Colegio de Traguera (e aqui a demonstração do sentido amplo da aplicação das esmolas), os atuns de sua região

encheram as almadras⁴, em oito dias (novamente, a exatidão) com peixes com valor equivalente a cem mil cruzados. Esta proporção aparecerá em outros trechos. O quarto e último alvitre, uma repetição do primeiro, invoca Orígenes e Santo Agostinho a lhe conferir autoridade quando diz que “(...)Se amais as riquezas, pondeas em o tesouro, aonde nam podem perecer; & as logreis por toda a eternidade(...)” (ALVARES, 1692:125-126).

A HUMILDADE E A SALVAÇÃO

Já em caminho ao término desta comunicação, falaremos um pouco sobre a humildade, enquanto aspecto essencial à salvação. Ela é composta de conferir pouco valor aos bens do mundo e do não abuso do poder possuído. Constitui-se em espécie de oposto das características negativas até aqui tratadas e relativizadas nos alvitres para que a riqueza se torne *riqueza gloriosa*.

Entretanto, se iniciamos com considerações sobre o poder como caminho para a malícia e sobre a riqueza como rede que o Demônio usa para pescar, a humildade não é condição inerente ao homem pobre e sem condição social, e tampouco ausente, em essência, no homem rico e poderoso.

“Veram no dia do Juizo a mam direita de Christo muitos ricos, que lhe deram esmola por amor de Deos; & eles [pobres tam cobiçosos, q nada mais cuidam, que examinar aonde podem receber esmola, sem se lembrarem de Deos, trazendo-o na boca, para pedir] estaram à esquerda, como réprobos; porque pedindo pelo amor de Deos, só para pedir lhe sabiam o nome, vivendo como gentios, rezando pelos outros, sem rezarem hum Padre nosso por sua alma, sem jejuns, sem actos de contrição, fazendo athé da reza uzura, & negociaçam.” (ALVARES, 1692: 150)

Se a esmola é tesouro do Céu, aquele que pede esmola, por sua condição de humilde não se faz humilde de coração. Se esta comunicação escolheu os ricos e poderosos para tratar e considerar, pelas instruções especializadas que encontramos em manuais voltados para a salvação das almas, não é para conferir um tratamento que não é próprio daqueles escritos

⁴ Redes utilizadas para a pesca de atum.

devocionais. Relembramos que enquanto alguns autores, como Cardoso, possuem considerações mais duras sobre as riquezas, os jesuítas Aires e Alvares estabelecem um lugar para essas características de elite, oferecendo um lugar legitimizador para as mesmas, sem, entretanto, determinar uma conduta apaziguadora que obedeça aos interesses da instituição religiosa e seja coerente com a ortodoxia doutrinária católica.

Por fim, a exaltação da humildade é o fim mais desejável. Quando aplicada aos humildes naturalmente, ou seja, os que por sua condição real não se podem dizer ricos e poderosos, é um regulador de condutas, um pacificador em relação à condição em que se está. O humilde que é humilde de coração, que aceita sua condição, já tem, de início, a salvação garantida. Entretanto, ser humilde pelas condições do mundo, mas não o sê-lo verdadeiramente, é caminho de condenação. Ressaltamos que o *verdadeiramente* relaciona-se com a resignação com sua posição e a atenção à liturgia católica, pois como já dito “pedindo pelo amor de Deos, só para pedir lhe sabiam o nome”. Ao que é poderoso e rico, as escolhas da vida são possíveis para atingir o ideal pior. E aqui, a restrição de conduta possui um interesse imediato. Patrocinar obras pias, missas e sufrágios são escolhas essenciais à manutenção da salvação das almas dos católicos no século XVII, se aceitarmos essas representações oferecidas por estes três padres cujas obras analisamos, e são parte integrante de uma pastoral que fortalece o papel institucional da Igreja Católica, legitimando suas ações e convencendo o fiel, em uma era de dúvidas ascendentes, de que os seus valores e caminhos são os únicos disponíveis.

Se não temos como comprovar os interesses regulatórios dessa doutrina, pelas simples análises das obras escolhidas, deixamos uma reflexão sobre a relativização da fé, modulando suas estruturas de acordo com a condição de dedicação do fiel. Sem apertar em excesso, sem relaxa em demasia. Se para um irmão de uma ordem religiosa o ideal ascético envolva vários votos, para a pessoa normal, possuidora de bens e poder profano, é oferecido um receituário mais simples, o da esmola (em seu sentido amplo, cuidando dos interesses materiais da instituição católica) e o da humildade (legitimando socialmente o impulso de se conferir os bens em esmolas.

“Forme cada hum este conceito, & juízo de si; & conforme a ele vá dirigindo suas acções, & vida: & sem se apear do estado, sem ir aos desertos, sem provar os apertos da Religiam, sem andar com os pés descalços, nem vestido áspero eu lhe asseguro o Ceo de graça pela humildade, sendo tam custozo aos soberbos o Inferno.”
(ALVARES, 1692: 91).

BIBLIOGRAFIA

AIRES, Francisco. **Regimento Espiritual para o caminho do Ceo**. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1654.

_____, Francisco. **Retrato de prudentes, espelho de ignorantes: aos primeiros alimento espiritual de bons acertos, aos segundos avizo de seus enganos**. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1664.

ALVARES, Luís. **Ceo de Graça, Interno Custozo**. Evora: Officina da Universidade, 1692.

CARDOSO, Joam. **Jornada da alma libertada, guiada no arriscado, e tempestuoso mar, do mundo, por Christo Piloto divino, na Não da Igreja ao porto celestial da salvação. Cuja moralidade, se funda & prossegue em discursos Moraes, sobre o Salmo cento, & treze**. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1626.

CHARTIER, Roger. 2011. *Do Livro À Leitura*. In: CHARTIER, Roger(org). **Práticas de Leitura**. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 5ª edição, 2011, traduzido por Cristiane Nascimento.

ARAUJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa: atitudes e representações: 1700-1830**. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliográfico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil: J-M**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.